



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO 2ª VARA MISTA DA COMARCA DE ESPERANCA/PB

Processo n.º 08007302420218150171

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ROSEANE FERREIRA DA COSTA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

A Lei que regula a indenização pleiteada pela parte Autoral é a Lei n.º 6.194/74, a qual determina que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

Em que pese à parte autora ter juntado aos autos documentos médicos e uma comunicação policial unilateral, não há elementos capazes de comprovar **que a lesão apresentada seja em decorrência do acidente de trânsito**.

Constata-se, pela simples leitura dos documentos acostados aos autos, que os mesmos atestam que inexistente nexo causal entre o acidente e a suposta invalidez da vítima, não podendo de forma alguma o i. julgador ficar indiferente a estes documentos.

Verifica-se que o boletim de ocorrência costado não informa qualquer dado do veículo que o autor trafegava quando sofreu o acidente. E ainda, a documentação médica de primeiro atendimento não informa lesão no OMBRO ESQUERDO, constando apenas lesão no ANTEBRAÇO DIREITO.

22/09/2018 HTCG-Painel Administrativo

EXAME SECUNDÁRIO / PARECER MÉDICO

*HOI este médico*

*de acidente vítima de acidente de trânsito apresentando dor e deformidade de um homem*

*Dr. João Ricardo*

*At: 17/09/2018 Intermédica São Mateus*

*At: 17/09/2018 C. Geral e T. B. F.*

*Dr. Wagner Falcão*  
ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA  
CRM-PB 8543

Como é de sabença não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexo entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo.

Portanto, no que pese o laudo pericial atestar a existência de invalidez permanente, quantificando-a, o mesmo não se presta a comprovar cabalmente nexo de causalidade entre as lesões e um acidente automotor. Perceba que toda documentação carreada aos autos apontam no sentido da ausência de correspondência entre o dano suportado e um sinistro de trânsito.

E ainda, não há nos autos BOLETIM DE PRIMEIRO MÉDICO indicando lesão no OMBRO ESQUERDO na data do acidente. Assim, não é possível relacionar a lesão com o acidente.

Diante do exposto, não tendo sido cabalmente comprovado o nexo de causalidade entre o suposto acidente automotor e a invalidez constatada, merece ser julgada totalmente improcedente a presente demanda nos termos do art. 487, I do CPC.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

ESPERANCA, 18 de fevereiro de 2022.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PB 4246-A**

**SUELIO MOREIRA TORRES**  
**15477 - OAB/PB**